

Um projeto sem qualidades

Rogério L. Furquim Werneck*

Em boa hora, o anteprojeto de lei com que o MEC pretende deflagrar reforma da educação superior no País vem sofrendo pesadas críticas, inclusive do **Estado**, que dedicou dois editoriais ao tema em meados do mês. Vários analistas têm vindo a público para apontar dificuldades, preconceitos e equívocos envolvidos na proposta. Mas o que talvez seja mais espantoso não é tanto a longa lista de aspectos negativos do projeto, mas a dificuldade de nele encontrar pontos relevantes que possam ser considerados inequivocamente positivos.

Houve quem visse a intenção de dar autonomia às universidades federais como ponto positivo. Poderia até ter sido, não fosse a proposta de descentralização feita em termos tão equivocados. A mudança pretendida botaria a perder a essência dos benefícios que a autonomia na gestão dos recursos públicos destinados às universidades federais poderia engendrar. O que se contempla não é um arranjo com incentivos bem concebidos, no qual a autonomia tenha como contrapartida um sistema de avaliação e cobrança que permita restringir ou ampliar o acesso a recursos federais, tendo em conta o desempenho de cada instituição. Na contramão do que seria desejável, o projeto engessa a distribuição de recursos, prevendo dotações garantidas, irredutíveis e indexadas. Apenas aventa, vagamente, que o financiamento de projetos de expansão possa estar sujeito a avaliação de desempenho “segundo critérios definidos em regulamento”. É caso típico em que uma reforma malfeita pode enterrar para sempre a boa idéia que supostamente a inspira. É preferível esperar melhor oportunidade de se avançar com mais lucidez na concessão de autonomia às universidades federais a levar adiante mudanças nessas bases.

O projeto pode ter sido impensado, mas não descuidou da distribuição de benesses que possa lhe assegurar apoio político, ainda que com apelo ao ilusionismo. Antevê aumento substancial dos recursos destinados às universidades federais, com base no faz-de-conta da assunção das folhas de inativos pelo Tesouro e na previsão de que três quartos dos recursos vinculados à educação na área federal passariam a ser vinculados a essas instituições, em detrimento do ensino fundamental. Contemplam-se também recursos da Loteria Federal, fonte infalível em propostas populistas. Mas o que se entrevê é muito mais a expansão do número de vagas do que melhora na qualidade do ensino e da pesquisa.

A preocupação com medidas de ação afirmativa é outro ponto que, em princípio, poderia ser considerado positivo. Mas, aqui também, a proposta insiste em medidas extremamente toscas, insensível a críticas que vêm sendo feitas há meses. Impõe a

camisa-de-força de uma solução única, sem deixar espaço para experimentação e diversidade. Sobrecarrega o ensino superior, ao não mostrar qualquer empenho para minorar o problema pelo lado do ensino médio. Não reconhece as dificuldades óbvias envolvidas no preenchimento de cotas étnicas com base em autodeclaração dos candidatos. E fecha os olhos para injustiças envolvidas na reserva de 50% das vagas para alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. A presunção de que todo aluno de escola pública é pobre e todo aluno de escola privada é rico é primitiva e infundada.

A hostilidade do projeto ao ensino privado – em todos os níveis – é indisfarçável. Enquanto se asseguram mais autonomia e pouca cobrança às instituições públicas de ensino superior, restrições de todo tipo são impostas às instituições privadas. Em vez de prover ambiente propício ao florescimento do ensino privado de qualidade, a idéia parece ser entravar o funcionamento das instituições privadas, exigir mudanças absurdas e populistas na sua governança e mantê-las sob ameaça permanente de perda de status e credenciamento.

É perfeitamente legítimo e mais do que oportuno que o governo se empenhe na expansão e no fortalecimento do ensino público. O que é lamentável, irracional e inaceitável é que o compromisso do governo com o ensino público resvale para políticas deliberadas de debilitação e cerceamento do ensino privado. Tal radicalização não faz qualquer sentido, muito menos em um País que tem pela frente desafios tão grandes na área de educação.

É triste constatar que o projeto é simplesmente desastroso. Denota pouca reflexão. É produto de visão obtusa do sistema universitário brasileiro, que parece pressupor que qualquer sandice se torna respeitável quando rotulada de republicana.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.